

---

## A CONVERSÃO DA TERRA PRODUTIVA EM ÁREA URBANA: UMA ANALISE DO BAIRO CAMPINHOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

**The conversion of the productive land in urban area: A analysis of the Campinhos neighborhood in the Vitória Conquista-BA**

Aline Arruda dos Santos<sup>1</sup> <http://orcid.org/0000-0003-3467-8226>

Altamar Amaral Rocha<sup>2</sup> <http://orcid.org/0000-0002-6278-052X>

---

<sup>1</sup> Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Brasil, email - [alinnycat@gmail.com](mailto:alinnycat@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Geografia, Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Brasil, email [altamarrocha@gmail.com](mailto:altamarrocha@gmail.com)

---

### Resumo

A expansão das áreas urbanas nas cidades pequenas e médias, proporciona uma diversidade de processos socioespaciais que materializa-se no espaço urbano conduzidos pela lógica da produção espacial da cidade, um desses processos é a conversão de terras produtivas em área urbana. Em Vitória da Conquista, esses processos de produção do espaço dentre eles o de expansão horizontal da cidade, revela uma serie de adensamentos urbanos em áreas propensas à concentração de atividades produtivas, sejam elas do setor industrial, de serviços e ou manufatureiro. Os campinhos é uma dessas localidades que tiveram um adensamento populacional derivado desses processos produtivos que produzem o espaço urbano, aqui neste artigo, analisa-se as principais transformações socioespaciais que o lugar sofreu nos últimos anos, levando-se em consideração os desdobramentos da urbanização nesse contexto.

**Palavras-chave:** Produção do espaço; expansão urbana; Vitória da Conquista.

---

### Abstract

The expansion of urban areas in small and medium cities provides a diversity of socio-spatial processes that materializes in urban space driven by the logic of spatial production of the city, one of these processes is the conversion of productive land into urban area. In Vitória da Conquista, these processes of space production, among them the horizontal expansion of the city, reveals a series of urban densities in areas prone to the concentration of productive activities, be they of the industrial sector, services and or manufacturing. The Campinhos is one of those localities that had a population density derived from these productive processes that produce the urban space, in this article, the main socio-spatial transformations that the place has undergone in the last years are analyzed, taking into account the unfolding of the urbanization in this context

**Keywords:** Production of space, urban expansion, Vitória da Conquista

## Introdução

O estudo geográfico do espaço urbano remete a um esforço em identificar, compreender e analisar as transformações socioespaciais ocorridas no espaço geográfico de tempos em tempos. Segundo Silva Junior e Rutkovski (2011 p. 1) “A apropriação dos espaços e o avanço da urbanização colabora para o surgimento de espaços urbanos que se diferenciam por causa do seu desenvolvimento e localização”. Assim é o que acontece com áreas produtivas que estão localizadas no entorno das pequenas e médias cidades. E, foi isso que ocorreu com o antigo núcleo urbano do povoado dos Campinhos Em Vitória da Conquista-BA, onde havia um predomínio de atividades tipicamente rurais com uma grande concentração de casas de farinha que atuavam e ainda atuam na manufatura da mandioca e na produção dos derivados desse produto.

A expansão urbana e os processos construtivos de novas moradias ocorridos nos últimos ocuparam terras que antes estavam destinadas à atividade agrícola e, com isso promoveu-se o que chamamos de conversão de terras produtivas em áreas urbanas com um adensamento populacional acelerado e com uma intensa ocupação do solo que agora passa a ter status eminentemente urbano. Essa lógica de produção espacial está sendo consolidada cada vez mais em toda a extensão territorial que antes era denominada de povoado dos Campinhos e que agora ganha status de bairro Campinhos com novos equipamentos urbanos e diversos assentamentos populacionais derivados das políticas habitacionais do Estado.

### **Transformações socioespaciais e configuração urbana**

As expressões da transformação espacial numa cidade pequena e ou média, estão diretamente vinculadas ao desenvolvimento das forças produtivas que conduzem a produção social e por consequência a produção do espaço (LEFEBVRE, 2013). Pode-se dizer tais expressões socioespaciais são resultantes de uma demanda social resultante dos reflexos da atuação do capital no território, que está diretamente atrelado ao processo econômico e político. Político porque é o Estado que produz a base para a implantação desses processos e econômico porque se fundamenta na dinâmica de

produção e reprodução das relações sociais que configuram e organiza o espaço e assim o produz.

Em toda e qual quer condição socioespacial as transformações podem ser adquirida por meio da modificação do espaço urbano decorrente da delimitação/divisão espacial, seja de um recorte que complementa um todo como, por exemplo, o espaço urbano que configura parte da cidade, ou ainda o lugar (setores geográficos, o parque, o campo, etc.) e assim revelar o espaço geográfico estudado gradual ou suas especificidades.

Abordando então o conceito de espaço geográfico, este relacionando sua gênese um aspecto que se traduz em lugar onde se dá fenômenos físicos ou abstratos, e que para explicar melhor esta configuração temos que ir à raiz de formação de alguns recortes espaciais. Moreira (2008), elabora um conceito de espaço que:

revela a noção de paisagem, onde sua forma está em objetos naturais correlacionados com objetos fabricados pela ação humana e onde os processos de mudança social, econômico e político da sociedade resultam na transformação do espaço. (MOREIRA, 2008, p.135.)

Pode se perceber a partir daí o amadurecimento assim do conceito abordado por estudiosos da área da geografia e por tanto, os levantamentos envolvendo conceitos de localidade e de formação espacial, misturam-se, tentando, agregar a reflexão em torno desta análise que leva como categoria o espaço, como caminho de estudo para compreender a dimensão socioespaciais foco desta reflexão e que se condiciona a averiguar este processo, em outra categoria a da paisagem que se revela também em outra instância. Para Carlos (2007) a imagem do qual podemos também perceber na paisagem o lugar na contemporaneidade.

O momento atual revela continuidades e descontinuidades que se combinam como consequência das transformações na relação espaço/tempo urbanos traduzidas nos “lugares da metrópole“ sob a forma de rupturas de ritmo, da realização desigual do poder, das relações entre classes diferenciadas, que se traduzem em movimentos de construção e transformação, lidas na morfologia urbana e passíveis de serem apreendidas na vida cotidiana (onde aparecem sob a forma de conflito)”. (CARLOS, 2007, p.11)

Mesmo que a dimensão aborda por Fani traz uma escala de metrópole nas pequenas e médias cidades ocorre transformações que se assimilam internamente como abordada em momento oportuno no decorrer com outras interpolações.

A citação nos induz entender a cronologia até o atual momento explicar como estão depositados a característica original do lugar na forma de espelhar ou constituir arquétipo que mostra um aclave das transformações no espaço. Ainda dentro do aspecto da morfologia que tem o urbano como fator inicial entende que a amplitude de conflitos pode e vai ao longo do tempo surgindo e também se cria por consequência, uma solução, e nesta dimensão da organicidade para Souza (2013) é tratado em sua apreciação assim:

[...] lugar não é a dimensão do poder que está em primeiro plano ou que aquela mais imediata, perceptível, [...] mas sim das questões que envolvem a identidade, intersubjetividade e as trocas simbólicas por traz da construção da imagem e sentidos dos lugares. (SOUZA, 2013, p.115)

Deste modo ao entrarmos em uma percepção temporal do que sucederá na sequência, é o espaço visto por questões de identidade, intersubjetividade e como está impressa a dinâmica do poder geradores de conflito. No entanto os espaços urbanos tendem a serem entendidos como também menciona Souza (2013, p.101) espaços de “desenvolvimento urbano”, onde há consequências como segregação, violência, alteração de modos de vida mas, não se deixar escapar a modernização da complexidade do espaço urbano em sua caracterização espacial beneficiária ou seja mesmo que tenha uma condição meramente capitalista ainda que por traz, atende o conceito de modernidade separado da ideia de desenvolvimento socioespacial.

Partindo então para a reflexão em torno do crescimento beneficiário das cidades, os bairros periféricos, vilas entre outros conglomerados urbanos do Brasil no século XIX, não somente se aplica indicadores sociais negativos, mas, também se ganha estrutura urbana qualificada, bem como rede de transporte e preenchimento de áreas de vazios, como a exemplo de áreas que serviram de alagamentos ou que serviam como bebedouro para as criações do entorno dos centros urbanos e os mesmos a partir de interversões políticas recebem uma nova utilidade para a população local e para cidade de forma mais complementar ao crescimento da demanda de expansão da malha urbana e que por conclusão estas modificações denomina se de espaços modernos.

Mas como eram as cidades antigas antes o processo que deu início a urbanização?

Era o que hoje consideramos então o modo de produção do campo acha visto que modos de produção eram bem parecidos, porem a sociedade era feudal com

característica essencialmente agrária, portanto a terra era a maior riqueza e passou ser em decorrência da industrialização, estabelecer o núcleo urbano centralizando a sociedade e criando outro modo de produção pautado no capitalismo no qual este processo também fomenta a discussão entre o rural/urbano.

Muito perceptível e discutido é a questão do rural interagindo diretamente com a cidade: apregoando pela a história de pequenas e médias cidades onde as comitivas atravessam as cidades comercializando gado ou produtos de troca (alimentícios e utensílios) nas feiras livres em outras cidades e regiões. Posteriormente com a industrialização se tornaria obsoleta o uso de comitivas puxadas a cavalo ou carro de boi a passar por dentro dos centros urbanos, uma vez que se fizeram toda uma capacitação dos espaços para comportar as novas edificações populares, além de asfalto para ruas e avenidas principais e que dariam acesso aos novos serviços de prestação pública valorizando ainda mais o recorte local como: bancos, hospitais entre outros suportes técnicos.

Assim mesmo a criação de gado e toda a demanda comercial não ficaram prejudicadas, pois chegam então com o fordismo instaurado no início do século XX com caminhões e toda uma infraestrutura produtiva de alta escala que condiciona a fluidez de fluxos e fixos entre as cidades e a partir de então a proposta de expansão ficaria cada vez mais forte trazendo também uma nova reflexão dos espaços, de uma discussão que não se esgota e sim, vem nos indagar onde começa o centro urbano e onde termina para dar lugar às periferias ou ao campo, principalmente nos tempos atuais. Neste sentido Vitória da Conquista cunha se, favorecida pela localização, na qual é cortada por importante estrada do Brasil.

Presente então neste processo percebeu que as transformações tanto social ou espacial é salientar ao crescimento populacional e sua mobilidade no espaço.

A cidade polarizou estes acontecimentos no desenvolvimento urbano voltado a tender ao capital como indutor da produção social nas áreas urbanas e garantindo assim a reprodução imaterial dos espaços. Devemos apontar em seguida uma relação da postura do sistema capitalista ou do capital- dinheiro na transformação do espaço urbano e sua relação com o espaço social.

### **A Produção do espaço urbano e transformações socioespaciais com o advento do capitalismo**

Todos os aspectos de uma cidade buscam atender uma necessidade em primeira instância coletiva e por causa desta demanda surgida do social para o espaço modificado faz, menção ao fator econômico, como propulsor midiático da transformação, ou seja, o que move a produção do espaço é para Harvey (2005): o “capital”, porque observa o mesmo que é importante alimentar a expansão da produção mantendo o excedente de mão de obra e para que aconteça e estimule o crescimento populacional entre outros fatores que possam promover o consumo e o exercito de reserva e assim um pleito do desenvolvimento econômico do sistema.

Presente na metodologia de transformação social e espacial o processo que limita se ao fator econômico na ideia anterior, visa ter o centro compreendendo a área urbana e no seu entorno viriam suas favelas e no entorno destas e mais distantes dos centros áreas rurais proveniente de formações de vilarejos ou assentamentos o que são transformações mais tardias como observa Sposito (2007):

Tais contribuições trataram de destacar as primeiras manifestações de transformações pelas quais passava o sistema produtivo. Depois de alguns anos, as mudanças não apenas se aprofundaram, mas asseveraram a hipótese inicial de que não se trata apenas da continuidade do processo de estruturação. O que observamos são novas bases sobre as quais a produção, sob o capitalismo, desenvolve-se, associada fortemente a mudanças urbanas, justificando o reconhecimento de ruptura em relação a dinâmicas anteriores e, portanto, de adoção do conceito de reestruturação, já que se alteraram as bases sobre as quais se assentam.” (SPOSITO 2007, p.3).

E foi o que aconteceu por volta do século XIX com a hegemonia do capitalismo no Brasil, já que houve contribuições algumas sutis outras não tanto para entender a contextualidades destes espaços e assim poder diferenciá-los por suas peculiaridades como mostra esta visão de CORRÊA (2007), que nos diz:

Na escala do espaço intra-urbano, a diferenciação sócio-espacial traduz-se, de um lado, na divisão econômica do espaço e, de outro, na divisão social do espaço. Processos, funções e formas-conteúdo distintos produzem essa primeira macrodiferenciação do espaço intra-urbano. Contudo, ambas estão fortemente articuladas entre si, tendendo a apresentar interdependência entre si. (CORRÊA 2007.p.65).

Tem-se então que pensar o espaço urbano com a participação da sociedade e por meio da produção e reprodução, e como esta reprodução se impõe para a população e para o espaço que ocupa. Logo se há os preenchimentos de áreas urbanas, acarretando

no sufocamento de seus centros estabelecendo então a dinâmica da expansão descentralizada com a relocação populacional demonstrando a busca por substituir com reabilitação, as antigas necessidades populacionais. Não desprezando as novas necessidades de uma relocação, ou seja, de um plano diretor, e a economia atende a necessidade de dar forma e função transformadora.

Na década de 1940, a economia do campo a exemplo, era voltada para criação de gado leiteiro, criação de galinha e da agricultura familiar como seu principal sistema de troca para saciar outras necessidades, e assim ser usado no escambo por serviços ofertadas no centro urbano, porém com a construção de condomínios populares no entorno e dentro dos bairros periféricos ou no campo, estas formas econômicas não capitalista anteriormente própria do campo sofre alterações e passam muitas vezes a serem substituídas por outros modos de serviços e técnicas para, adaptar-se ao novo contexto imposto pelo sistema capitalista.

Para Rosas. A. (2009) a tradução deste feito que a transição campo /urbano sofre quando já não se consegue uma plena distinção onde o campo termina e o urbano começa mostrando o enfrentamento deste modo:

[...] A construção do meio 'urbano e as conglomerações de pessoas no meio rural, mesmo sem se tornar urbano legalmente ou não, fazem com que suas culturas se aflorem através do sentido imaterial, subjetivo, composto por idéias, hábitos, vontades e costumes, e principalmente na representação de seus objetos materiais, como suas casas, seus alimentos, utensílios, ferramentas, representando as necessidades e evolução cultural de uma comunidade (ROSAS, 2009, p. 3-4).

A troca original do rural não comportava tantas técnicas e serviços que o capitalismo viria a trazer com o processo industrial e com inferências de modo de vida entre campo/cidade por tanto, temos que fazer uma separação também abancando as paisagens que especifica como cada espaço tinha anteriormente as comutações entre o campo/cidade.

As características dos antepassados apontadas empiricamente nas comunidades rurais são de pessoas trabalhando nas casas de farinha com seus primogênitos trabalhando na parte artesanal e venda dos produtos em troca de outros artigos de necessidade básica, para com a área urbana e dos homens tocando o gado a cavalo ou jumento e, ainda arando a terra para o plantio. Para Lefebvre (1995, apud Matos 1999), este momento coincidiu com o surgimento das primeiras cidades, denominadas de cidades políticas/administrativas e, mais tarde de cidades com funções comerciais.

O que ao passar do tempo proporciona um não acompanhamento do campo exposto à produção econômica local e que, reportar-se a exploração e remodela o “desenvolvimento urbano” sob o marketing da modernização tecnológica e dos modos de apropriação do lugar, porém a não satisfação das necessidades humanas no modelo de modo produção capitalista. Certamente que as muitas distorções do capitalismo causariam uma reprodução desigual, porém não somente este, mas também a inferência do Estado ou da gestão Municipal e principalmente dos investidores detentores do grande capital.

### **As Transformações socioespaciais e a conversão da terra rural em urbana**

Existe um diferencial do que é cidade para o que é urbano, pois a cidade é deve ser entendida como a materialidade do urbano e do rural e está materialidade provem de pensar nas cidades com produto de sujeitos. Sujeitos estes que são: O Estado como fomentador da expansão pautado no planejamento e no cumprimento dos deveres legais, os proprietários dos meios de produção e os agentes imobiliários seguidos por classes adjacentes que é a classe dos agentes sociais.

Para a geografia, no entanto o papel exercido pelo Estado é de regulação das transformações espaciais e econômica, sendo um forte aliado na expansão das cidades pautando no crescimento da malha urbana e no surgimento de arranjos de classe como está visível na criação do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística-IBGE em 1934, ou ainda com as criações de planos e projetos de expansão urbana que precederam ou sucederam a criação do IBGE.

Ao Estado cabe à organização na gestão de equipamentos de políticas públicas e na satisfação das empresas e dos agentes da hierarquização urbana, surge aí então à necessidade de observar como acontece organização política partindo do aspecto da expansão urbana.

A expansão da malha urbana é prevista em Lei Federal no Estatuto da Cidade o que reforça as mudanças não somente em localidades específicas, mas em todas as cidades que houver população com mais 20 mil habitantes. No Estatuto da Cidade, por exemplo, retratado no CAPÍTULO II, da política Urbana Art. 182 de sancionada em julho 2001 diz que: §1º O plano diretor, aprovado pela câmara municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. (MCIDADES, 2001, p. 41) e no inciso



segundo que menciona a quem é destinada a expansão da malha urbana: “A propriedade urbana cumpre a função de atender as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”.

Ou seja, uma vez que se sugere expansão de uma determinada área da cidade se leva em conta todo um debate de preenchimento dos vazios e de melhor acomodação populacional que vise um desenvolvimento intraurbano. Porém não se insere neste plano diretor uma preocupação com o aspecto, por exemplo, cultural. Baseia-se tão somente na questão de atributos econômicos e da ampliação de investimentos imobiliários ou ainda gestão articuladora de ordenação da cidade.

Henri Lefebvre em **O Direito a cidade** nos afirma a interferência em ambos os meios, moldando a memória campo/urbano “Temos á nossa frente um duplo processo, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social.” (LEFEBVRE, 2006, p.16).

Esta variabilidade que modifica os meios também aproxima um novo contexto na história e deflagra uma próxima indagação de que a respectiva neologia na qual emana outra ponderação a do que Lefebvre denomina de urubano deixou de existir ou, deu lugar á *cidade-campo* pondo em cheque as dinâmicas econômicas e desenvolvimentistas como propulsoras da crise social e quais todos estão submetidos pelo capital.

Assim que se implementa um Plano Diretor, acredita se que há um embate paisagístico, ou melhor, da configuração física, social e política que se contradizem, ora se confundem em algum aspecto, logo se diferenciam pela reorganização dos lugares expressa na expansão da cidade.

Outra reflexão que impulsiona esta ideia anterior, mas vista pela regulação estatal ou municipal dos espaços urbanos, pauta na discussão da teoria da centralidade dos lugares sendo que a cidade regula se pelo Estado juntamente com os promotores imobiliários que aplica nas cidades a divisão geoeconômica dos espaços e a forma de segregação social. Logo percebemos que a inferência de uma gestão também polariza a fluidez, as continuidades e descontinuidades dos espaços determinam a diferenciação entre centro urbano / periferização e campo/ cidade.

É visivelmente exposto nesta questão campo/cidade que quando nos voltamos para qual é o papel do campo hoje para o tecido urbano uma vez que seu distanciamento está sendo cada vez mais encurtado com os inchaços das cidades quase não

conseguimos como cidadão de senso comum diferencia-lo atualmente da cidade. transformação, a qual relaciona o rural ao processo de urbanização e como a organização política do espaço se distancia:

A modernização do rural está estreitamente relacionada com o processo de urbanização, que para Wanderlei, está “igualmente vinculada à ideia de uma aproximação entre o campo e a cidade, particularmente no que se refere ao acesso de seus respectivos habitantes aos bens e serviços disponíveis na sociedade” (MATOS; MEDEIROS, 2011, p. 1-15)

Ou seja, simplesmente está estabelecido o fator que busca definir o embate entre campo/cidade, pois ambos têm técnicas, bens e serviços que aproximam se e distanciam por um único fator o meio e/ou o tempo de acesso um do outro, e, por conseguinte é que influi nas modificações dos lugares permitindo uma comparação compreendendo o espaço enquanto sua continuidade ou rompimento nas suas bases sociais, culturais e políticas de determinado tempo/espaço. Como também manifesta Carlos em um trecho de sua obra;

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparecem nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e, [...] Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno. (CARLOS, 2007, p.20).

Trazendo ao estudo destes espaços geográficos cada vez mais as análise do processo de transformação e reconfigurando usufruto de uma segunda fase desta reprodução social, cultural e porque não dizer paisagística pela qual as cidades estão sendo configuradas a partir do crescimento urbano e das contradições do poder de gerir política publicas que atenda o modo de vida próprio de cada lugar ou ainda pensar em planejamentos territoriais menos segregador. Haja vista segundo Carlos (2007, p.27) aponta que: O Estado-Nação tornou-se impotente no sentido de poder definir independentemente, uma política industrial, monetária ou cambial além do que, mostra-se incapaz de assegurar benefícios como no passado (como por exemplo, as políticas de bem-estar social).

Para Souza (2008, p.97), [...] é preciso que o sistema político, os valores e padrões culturais e, deve-se acrescentar a, organização espacial, devem ser adequadamente considerado: tudo junto e não somente o aumento da produção de bens

e progresso técnico/tecnológico, no qual não se concerne na mesma angulação o a promoção da justiça social.

### **A Configuração territorial do bairro Campinhos**

O Bairro Campinhos possui uma infraestrutura que começou a desenvolver a partir da produção de farinha iniciada em meados da década de 1950. Caminho de passagem entre o Corta Lote, Baixão, Iguá e vários povoados que estão no lado oeste da cidade de Vitória da Conquista, o povoado de Campinhos é rodeado de caminhos e estradas que ligam essas localidades ao centro de Vitória da Conquista.

Se por um lado já havia fazendas na localidade induz a concluir, que se deu pelo tipo de produção agrícola e pecuária da região na qual por sua vez proporcionou na localidade, a criação de rotas alternativa para que se realizassem escambos entre povoados e dos povoados para a área comercial de Conquista, fazendo com que a localidade fosse ocupada aos poucos.

Assim salvaguardando suas terras do crescimento populacional e da ocupação desordenada que já tomava as margens do Anel Viário de onde loteador detinha grande extensão de terras visualizou um empreendimento habitacional o que aconteceria por volta da década de 70.

Segundo Ferraz (2001) o Campinhos em 1974 foi desmembrado em lotes por Eduardo S. Ferreira tendo naquele início, 16 lotes supostamente a venda ou vendidos. A partir de então, podemos observar que o crescimento do comércio, incentivando a construção de vias de escoamento da cidade também marginou a expansão desordenada.

Algumas dessas características do início do povoado dos Campinhos mostram o desenvolvimento a partir das ocupações periféricas, ou seja, da expansão e modificação de espaços antigos (base original) como é o caso dos Campinhos que segundo Santos e Carvalho,

O bairro dos Campinhos com 3.757 habitantes apresenta como principal atividade econômica o beneficiamento da mandioca e o número de famílias que trabalham próximo às suas casas para produzir farinha, polvilho e outros derivados da mandioca é bastante representativo (SANTOS; CARVALHO. 2009 p. 3)

Ferraz (2001) aponta que nos anos de 1995 constavam que: todas as ruas do bairro Campinhos estavam sem pavimento asfáltico, o que somente vem nos supor que todas as transformações são recentes e, mais que o modo de vida destes residentes era

extremamente campesino. Outra característica que reforça essa dinâmica espacial é que conforme acontecerão às primeiras ocupações também os próprios habitantes começaram a serem agentes produtores do espaço.

Em se tratando da formação dos Campinhos enquanto localidade, podemos perceber que este se localizava-se ao Sudoeste da cidade de Vitória da Conquista e englobava anteriormente áreas atualmente pertencente ao Jatobá e uma pequena parte do Bairro São Pedro. Para Rocha (2010), com a adoção da lei de Divisão de Bairros na década de 1990, houve uma conformação territorial da Vila dos campinhos e Simão, limitado com São Pedro ao norte pela estrada de acesso aos campinhos e ao sul fazendo limite com o bairro Jatobá.

Assim com o advento de bairro, os Campinhos sofreu um reordenamento espacial com a chegada de novos moradores, com a implantação de diversos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e com a abertura de novas vias atingindo todo o modo de vida e modificando a paisagem que antes era de casas de farinha agora com novos equipamentos urbanos, apoiada á uma proposta de reconfiguração espacial também outorgado pelo poder público e, pela especulação imobiliária, visto que a expansão das construções na localidade e a oferta constante de transporte (ônibus coletivo) foram pontos cruciais para esta outorga.

A estrutura do bairro estabelece-se dentro de uma contradição dos espaços, pois ao mesmo tempo em que se encontram áreas mais desenvolvidas existem áreas de imensa precarização e isto está visível na paisagem do lugar. Segundo Maricato (1995);

Com os objetivos de eliminar os resquícios da sociedade escravista, erguer um cenário modernizante e consolidar o mercado imobiliário, as reformas urbanísticas expulsaram a “massa sobrando” (negros, pedintes, pessoas sem documentos, desempregados de um modo geral) dos locais urbanos mais centrais ou mais valorizados pelo mercado em transformação. (MARICATO 1995, p.18);

Sob essa ótica, o bairro, representa na atual conjuntura um espaço de intensa transformação. Tais transformações podem ser percebidas na questão habitacional, onde o MCMV, já construiu mais de 1500 moradias no bairro. A inserção de equipamentos de bens e serviços, seja pelo poder público ou com a chegada de novos empreendedores transformou a paisagem do lugar.

Também com a conversão de terras da zona rural em terras urbanas, onde todo o espaço produtivo de farinha e seus derivados passou a integrar a cidade como zona de

expansão urbana <sup>3</sup> trazendo características das “massas sobranes” sendo os moradores peneirados das áreas de grande valorização ou de áreas de ocupação irregular, para as margens a malha urbana como é visível e constatado em campo.

O padrão de moradia e os modelos de edificação foram alterados, percebe-se mudanças nas construções de casas que situa na antiga estrada dos Campinhos, bem como, o preenchimento de vazios urbanos que era a principal característica do lugar.

### **Considerações finais**

A análise apresentada nesta pesquisa interpolou em primeiro lugar uma manifestação teórica do entendimento da manifestação do urbano partindo das categorias que o rodeia e como emprega-las comumente para compor uma reflexão das transformações socioespaciais do bairro Campinhos.

Neste caminho de identificar a modificação dos espaços; consideraram-se muitos sujeitos que fizeram se presentes na transformação do lugar, da população local e da expansão urbana como: os agentes imobiliários, a sociedade e a gestão municipal. Para qual se fez necessário também um resgate histórico da importância que bairro Campinhos desempenhou na produção dos espaços intraurbano de Vitória da Conquista.

Percebemos então que o contexto em que o povoado se formou não foi diferente das dinâmicas de preferência das cidades brasileiras, mas tomou uma considerável importância por causa de estar próxima ao Anel Rodoviário, que se manteve no campo das relações de produção e reprodução, campo/ cidade, o qual, Campinhos teve crucial participação ao ponto de em 2006 ser considerada pelo Plano Diretor: área urbana contínua consolidada.

Contudo as transformações socioespaciais do bairro Campinhos, apesar de lenta, qualifica um processo que, se expressa na paisagem, no cotidiano e nos muitos aspectos, seja de infraestrutura física, ou no modo de vida anterior e atual as novas inserções populacionais que como opinião pessoal, marca a separação das características do povoado para caracterizá-lo, bairro da cidade de Vitória da Conquista e assim romper, mesmo que não definitivamente com o aspecto de campo.

---

<sup>3</sup> Termo utilizado para áreas destinada a expansão integrada a áreas urbanizadas porém com prevalência da ruralidade e passíveis espaços de vazios destinado a ordenação do solo, e controle populacional com se destina o foco do discurso. Em Vitória da Conquista aparece com outro termos no Plano Diretor Urbano: Art. 26. São Áreas de Expansão Urbana Condicionada as áreas contíguas às áreas urbanas consolidadas, com restrições ambientais e problemas de macro-drenagem e baixa qualificação da estrutura urbana.

Recordamos também que a produção de renda dos Campinhos na produção de farinha de mandioca teve certo descaso por parte do poder público e privado que acabou por impor a derrocada desta manifestação própria da população local, em prol do processo de urbanização que deveria atender com incentivos essa população que trabalhava e vislumbrava ascensão empresarial.

Ainda sobre o contexto transformação os espaços ocupados com habitação popular produziram visibilidade ao bairro fazendo com que houvesse de 2010 á 2016, certos investimentos dentro deste bairro, porem insuficiente para dar uma dimensão mais urbanizada, pois pode se perceber que desde fator de violência crescente, á falta de infraestrutura como abrigos de ônibus ou rede de esgoto ou a má distribuição de iluminação pública, são precárias tendo muitas vezes até o equipamento, mas não permitindo sua operacionalidade como deveria acontecer.

Logo se percebe que a população tem um longo caminho para intensificar a sua participação não só passando pela transformação da paisagem, mas até da forma com que percebem e compreende o bairro, pois ainda fazem referência ao povoado, ou a um modo de vida rural, sendo este fato um fato positivo na propagação cultural, mas muito aquém da realidade de uma zona urbanizada, os moradores mais antigos na localidade, devem incentivar as novas gerações e novos moradores a reivindicar melhorias, além disso, se percebe que a tendência da expansão urbana de Vitória da Conquista está direcionada á extensão deste bairro, que apresenta ainda muitos vazios e que sequencialmente encontra se com empreendimentos que denota modernidade, atraindo a cada dia, os olhares de investidores.

### Referencias

BRASIL, República Federativa do. **Estatuto da Cidade: Política Urbana Lei 10. 257/ 2001**. Constituição Federal. Brasília: 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade**. 1ª ed. São Paulo: Edição Eletrônica/ LABUR, 2007.

\_\_\_\_\_. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: LABUR edições, 2007, p. 85.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995

\_\_\_\_\_. Diferenciação sócio-espacial escala e prática espaciais. In.: **Revista cidades**, Rio de Janeiro: v. 4, n. 62 6, 2007b, p. 62-72

FERRAZ, Ana Emília. **O urbano em Construção: Vitoria da Conquista um retrato de duas décadas**. Vitória da Conquista: Edições UESB. 2001

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.p.52

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madri: Capitán swing, 2013, 468 p.

\_\_\_\_\_. **O direito a cidade**. Trad. Rubens Eduardo Farias, São Paulo: Centauro, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência**. São Paulo: 1995, p.18 [acesso eletrônico]. Disponível em< [http://www6.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_metrperif.pdf](http://www6.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf)>.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Relação campo-cidade e as “novas” ruralidades**. In.: Para Onde!?, Volume 5, Número 1. Porto Alegre, RS: p. 1-15, ago./dez. 2011.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2008.

ROCHA, A. A. Morfologia urbana no contexto da produção do espaço geográfico. **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos**.Porto Alegre, UFRGS, 2010.

ROSAS. **A (des) construção da dicotomia rural-urbano no extremo noroeste paulista**. In.: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo:2009.

SECOM - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia. **Programa Minha Casa, Minha Vida atende cinco mil moradores de Vitória da Conquista** [material eletrônico]. Disponível em: <<http://www.secom.ba.gov.br/2014/10/121756/Programa-Minha-Casa-Minha-Vida-atende-cinco-mil-moradores-de-Vitoria-da-Conquista.html> > publicada em; Salvador: 09 de outubro de 2014. (acesso em 14 de junho de2015).

SILVA JUNIOR, R. F.; RUTKOVSKI, G. J. Fragmentação urbana, (re)produção da cidade e evolução da mobilidade em Irati-PR: uma análise pelo transporte público. *Entre-lugar*, Dourados, v. 4, n. 2, p. 17-38, ago. 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão: SPOSITO, Eliseu Saveiro. **REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA, REESTRUTURAÇÃO URBANA E CIDADES MÉDIAS**. São Paulo: B. (2007) versão PDF p.3.Disponível em:< [www.recime.org](http://www.recime.org)> (acesso em 14 de junho de2014).

VITÓRIA DA CONQUISTA. Câmara Municipal de. **Plano Diretor Urbano - Lei nº 1.385; SEÇÃO II DA OCUPAÇÃO DO SOLO NA SEDE MUNICIPAL, Leis nº 798/95, e 850/96, de 26: de dezembro de 2006**. Ed Câmara Municipal. Disponível em < [http://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/Lei\\_1385\\_06\\_Plano-Diretor-Urbano1.pdf](http://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/Lei_1385_06_Plano-Diretor-Urbano1.pdf)> Acesso 2015.

VITORIA DA CONQUISTA- Câmara Municipal de. **Lei nº 1.186/2003**. 18 de novembro de 2003, **Institui a política de habitação popular no Município de Vitória da Conquista, cria o programa, o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação Popular e dá outras providências.**, Vitória da Conquista: p.1-14.[acesso eletrônico], Disponível em < [http://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/LEI\\_1186\\_2003.pdf](http://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/LEI_1186_2003.pdf)>(acesso em 25/08/2016);

---

Recebido em: 20/09/2017

Aceito para publicação em: 11/10/2017